

30/12/2011 - Facebook remove imagem de Rebecca Gomperts, activista do barco do aborto



(Público.Pt) A imagem do perfil de Facebook de Rebecca Gomperts, conhecida activista dos direitos das mulheres, foi esta sexta-feira removida da rede social, refere o “site” da organização pró-aborto “Women on Waves”.

A imagem continha informações sobre como praticar o aborto com segurança - recorrendo a um medicamento com efeito abortivo - em países onde o aborto é ilegal.

“Ao remover a imagem do perfil, o Facebook incorre na violação do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, lamenta a presidente da associação. A activista holandesa disponibilizou o “screenshot” da remoção da imagem de perfil da sua página e apela aos defensores dos direitos da mulher para que colem a mensagem na página do seu perfil.

A médica holandesa ficou conhecida em Portugal quando, em 2004, foi impedida pelas autoridades portuguesas de entrar nas águas territoriais nacionais com o “barco do aborto”, numa altura em que a interrupção voluntária da gravidez era ainda ilegal no país.

Women on Waves é uma organização que defende os direitos das mulheres e que viaja com um navio por águas internacionais, atracando em países onde a interrupção voluntária da gravidez é considerada crime.

Telemedicina

O objectivo é fazer campanha de prevenção de gravidezes indesejadas e realizar procedimentos abortivos em águas internacionais (onde legislações que proíbem o aborto não são aplicáveis) através de pílulas. Em 2005 foi fundada também a Women on Web, um serviço de telemedicina que providencia pílulas abortivas a mulheres que vivem em países onde a prática

é ilegal.

Na Europa, o navio já passou por países como Portugal, Irlanda, Polónia e Espanha. Fez também campanha pela América do Sul, África, Ásia e Médio Oriente.

A interrupção voluntária da gravidez pode ser feita legalmente em Portugal desde 2007, depois de ter sido aprovada por referendo, e pode ser realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas de gravidez, calculadas a partir da data da última menstruação.

Acesse em pdf: [Facebook remove imagem de Rebecca Gomperts, activista do barco do aborto \(Público.Pt - 30/12/2011\)](#)

30/12/2011 - Cadastro de grávidas desagrada feministas

(Correio Braziliense) Governo vai listar gestantes a fim de reduzir a mortalidade. Para críticos, a medida pode facilitar a perseguição de mulheres que fizerem aborto.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, passou parte da tarde de ontem esclarecendo, no Twitter, dúvidas sobre a Medida Provisória nº 557. Feministas criticam o texto, sancionado na última segunda-feira, que cria um cadastro nacional de gestantes e puérperas, mulheres que deram à luz recentemente. O objetivo é reduzir a mortalidade materna, mas os críticos temem que o cadastro seja usado para perseguir mulheres que fizerem abortos clandestinos. A MP também prevê um auxílio de R\$ 50 para o transporte de mães que não têm como ir fazer o pré-natal, o que foi visto como uma forma de comprá-las para que não interrompam a gravidez.

Os R\$ 50 serão pagos em duas parcelas: a primeira se a mãe começar o pré-

natal até os três meses de gestação e a segunda entre o sexto e o sétimo mês. “Algumas mulheres procuram o pré-natal no início da gravidez e só retornam, e quando retornam, no fim. Nem sempre é perto de casa (o hospital). A expectativa é aumentar a adesão das mulheres ao pré-natal. Entre a primeira e a última consulta, ela pode ter desenvolvido uma série de problemas, e os mais comuns são diabetes e hipertensão, que podem transformar uma gravidez de risco habitual em de alto risco”, esclarece o assessor especial do ministro, Fausto Pereira dos Santos.

Algumas feministas ficaram insatisfeitas com as medidas anunciadas. “A mortalidade materna é um problema crucial, mas que demanda mais recursos, mais médicos, mais informação, mais tratamento especializado, não um cadastro para controlar as mulheres. Aí, eles saem com essa medida provisória, que é muito menos do que é demandado pela população”, lamenta a diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Guacira César. Ela também critica o fato de o sistema ter sido aprovado sem o debate devido. “Temos alguns objetivos a serem alcançados mais rapidamente. Ainda não abrimos mão de cumprir a meta do milênio de reduzir a mortalidade materna até 2015. Um projeto de lei poderia se arrastar o ano todo”, justificou Fausto.

Nomes divulgados

As gestantes que receberem o benefício terão seus nomes divulgados no Portal da Transparência, o que é visto com desconfiança. “É dinheiro público, tem que ter transparência”, rebate o assessor especial de Padilha. Ele garante que as informações do prontuário são sigilosas e não estarão disponíveis fora do âmbito do Ministério da Saúde.

Ainda segundo Fausto, a intenção do sistema não é fazer uma busca ativa de mulheres que se submetem ao aborto. “Isso nem é factível. Não está no escopo da Rede Cegonha e não temos nem a sofisticação para fazer esse tipo de cruzamento”, garante.

Outra preocupação é que o cadastro seja usado para localizar mulheres que tenham cometido aborto clandestino e penalizá-las. Guacira, do Cfemea, rebate: “Já existem comitês de mortalidade materna em todo o país. Toda morte materna tem que ser registrada. Para quê criar esse cadastro?”

questiona.

Também preocupa as feministas a obrigatoriedade de fazer parte do cadastro, o que o próprio ministro nega. “Gente, confundir universal com obrigatório é demais, hein? O SUS busca ser universal, mas ninguém é obrigado a se submeter ao atendimento”, escreveu o ministro Padilha no Twitter. Entretanto, todas as gestantes que fizerem o pré-natal, em hospitais públicos ou privados, serão incluídas no sistema. A medida provisória ainda vai ser regulamentada para definir como o pagamento do benefício e o cadastro das mães serão operacionalizados. Já está definido que as mães que receberem Bolsa Família terão o benefício pago no mesmo cartão. O pagamento será efetuado pela Caixa Econômica Federal.

Sai estatuto da Enserh

Foi publicado ontem, no Diário Oficial da União, o estatuto da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Enserh). A empresa pública, de direito privado e patrimônio próprio, será responsável por administrar os hospitais universitários. Prestará gratuitamente serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, assim como prestará apoio às universidades no que diz respeito a ensino, pesquisa e extensão. A empresa terá patrimônio de R\$ 5 milhões e contratará servidores por meio de concurso público.

Acesse em pdf: [Cadastro de grávidas desagrada feministas \(Correio Braziliense - 30/12/2011\)](#)

Leia também:

[Lista de links atualizada sobre a polêmica em torno da MP 557 \(Conceição Oliveira, do Blog Maria Frô\)](#)



28/12/2011 - Governo federal dará R\$ 50 a grávida que fizer consultas mensais no SUS

Toda grávida que buscar atendimento do SUS e fizer consultas mensais durante a gestação poderá receber da União uma bolsa de até R\$ 50. O foco

principal é garantir o transporte às unidades de saúde. “Algumas gestantes não fazem as consultas regulares porque têm dificuldade de pagar o deslocamento”, disse o ministro Alexandre Padilha (Saúde)



27/12/2011 - Governo institui cadastro para prevenir mortalidade materna
Medida provisória publicada no Diário Oficial da União de hoje (27) institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna. O objetivo é garantir a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade da atenção à saúde materna, principalmente, nas gestações de risco

27/12/2011 - Senado uruguaio aprova lei de descriminalização do aborto

(Globo.com) O Senado uruguaio aprovou nesta terça-feira a lei que descriminaliza o aborto no país, em meio a manifestações de religiosos e organizações feministas. Três anos atrás, o governo anterior vetou a legalização da prática.

A votação final, após quase dez horas de debate, marcou 17 votos a favor e 14 contra. Agora, a iniciativa passará para a Câmara dos Deputados, que só analisará a proposta após o recesso parlamentar. Caso a lei também seja aprovada pela câmara, o presidente José Mujica já declarou que não usará seu poder de veto. A Igreja Católica já avisou que deve excomungar os legisladores católicos que votarem a favor do projeto.

No Uruguai, país com baixo desenvolvimento demográfico e com apenas 3,4 milhões de habitantes, o aborto é tido como um crime desde 1938. Tantos os

senadores como os deputados aprovaram a descriminalização do aborto em outubro de 2008, mas o então presidente socialista Tabaré Vázquez vetou a lei, criando uma crise interna em seu partido, o que o levou a sair do Partido Socialista.

O projeto de lei estabelece que “toda mulher maior de idade tem direito a decidir sobre a interrupção voluntária de sua gravidez durante as primeiras doze semanas do processo de gestação”. Esse período de três meses não deverá ser levado em conta se a gravidez for produto de um estupro, se a saúde ou a vida da mulher estiverem em risco e se existir “má formação grave do feto, incompatível com a vida extrauterina”.

Os serviços públicos de saúde, sejam eles públicos ou particulares, terão a obrigação de realizar o aborto gratuitamente nas mulheres que solicitarem o procedimento, de acordo com o texto do projeto.

A senadora Monica Xavier, que apresentou o projeto, explicou que a descriminalização tem como objetivo evitar as mortes consequentes de abortos clandestinos. Segundo ONGs, são praticados 30 mil abortos por ano no Uruguai. A lei em vigor determina de três a nove meses de prisão a mulher que fizer aborto e seis a 24 meses a quem colaborar com a interrupção da gravidez. Quem fizer o procedimento sem o consentimento da mulher pode ficar de dois a oito anos na prisão.

Acesse em pdf: [Senado uruguaio aprova lei de descriminalização do aborto \(Globo.com - 27/12/2011\)](#)

Leia também:

[Projeto reduziu mortalidade entre mulheres \(O Estado de S. Paulo - 29/12/2011\)](#)

“Desde 2004, o Uruguai tem um programa de assistência médica que fornece orientação às mulheres que planejam abortar. Batizado de “Normas e Guias Clínicas para a Atenção Pré e Pós-Aborto”, o projeto permitiu que milhares de mulheres driblassem a lei e realizassem o aborto. (...) Em 2004, quando o programa foi criado, o aborto era responsável por 48% das mortes ocorridas no hospital. Desde então, nenhuma morte foi registrada por esse motivo.”

[Senado do Uruguai despenaliza aborto \(Estadão.com - 28/12/2011\)](#)

26/12/2011 - Comissão irá propor ampliação dos permissivos legais para o aborto no Código Penal

(Folha de S.Paulo) Notas divulgadas na coluna Painel informam que a comissão que irá apresentar proposta de reforma do Código Penal irá incluir mudanças sobre temas polêmicos:

Vespeiro penal

Presidida pelo ministro Gilson Dipp, do STJ, a comissão que apresentará ao Senado uma proposta de reforma do Código Penal vai sugerir, entre outras mudanças, abertura na legislação sobre o aborto, para ampliar o leque de situações em que a interrupção da gravidez é permitida. Deve propor, ainda, descriminalizar a ortoeutanásia, na qual o médico deixa de realizar procedimentos penosos em doentes sem chance de cura.

O grupo também quer regular questões para as quais não existe lei específica, como crimes cibernéticos, tráfico de pessoas e terrorismo. “Não teremos nenhum tabu. Vamos enfrentar todos os temas”, afirma Dipp.

Tempo do onça A comissão planeja entregar o trabalho ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), até o final de maio. O atual Código Penal é de 1940.

15/12/2011 - Legalização do aborto agita debate no último dia da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres

(Agência Brasil) A legalização do aborto esquentou os ânimos no último dia da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Depois de muito protesto e barulho, a maioria das representantes dos movimentos feministas decidiu incluir o tema no documento final do encontro.

Em uma primeira votação, as participantes aprovaram proposta que pedia a “descriminalização do aborto e o atendimento humanizado na Rede de Saúde Pública do Sistema Único de Saúde (SUS), para que seja garantida a autonomia da mulher e que nenhuma mulher seja punida, maltratada ou humilhada por ter feito um aborto e não corra risco de morte”.

Houve insatisfação com o teor do documento por parte de um grupo que passou a cobrar a inclusão da legalização do aborto na proposta. “Legaliza. É meu direito de escolha”, diziam as defensoras da legalização. “A legalização não vai ajudar no debate no Congresso”, contestavam as contrárias.

A coordenadora da mesa, Rosana Ramos, teve de convocar a votação da proposta por duas vezes por causa da discussão em torno do tema. Na segunda votação, a maioria aprovou a proposta com o item sobre a legalização do aborto.

A ministra da Secretária de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, alertou que o debate para mudança na lei brasileira para incluir a legalização do aborto deve ser articulado com o Congresso Nacional, e não com o governo federal. Segundo ela, o governo irá respeitar a legislação atual, que considera o aborto crime e o autoriza somente quando há risco de morte para a gestante ou a gravidez ocorreu em decorrência de estupro.

As conferencistas aprovaram também a ampliação da licença maternidade de

quatro meses para seis meses e medidas que garantam a autonomia financeira das mulheres, como capacitação e inclusão delas em atividades econômicas dominadas pelos homens.

A conferência reuniu cerca de 2,5 mil representantes de mulheres de todos os estados do país durante quatro dias de debates. O documento final será compilado e encaminhado a órgãos federais, estaduais e municipais.

Acesse em pdf: [Legalização do aborto agita debate no último dia da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres \(Agência Brasil - 15/12/2011\)](#)

Leia também: [15/12/2011 - 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres termina com balanço positivo](#)

14/12/2011 - Eleição de 2012 pode ter consultas sobre maconha, gays e aborto

(Blog do Fernando Rodrigues) O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, disse que a população pode dizer o que pensa sobre temas polêmicos da sociedade na eleição de outubro de 2012 -além de votar para prefeito e vereador.

Ele falou sobre o assunto no programa “[Poder e Política - Entrevista](#)”, do UOL e da Folha.

Segundo Lewandowski, a consulta pode incluir assuntos como liberação da maconha, **aborto de anencéfalos** e união homoafetiva. “São questões relativamente simples, no que diz respeito à consulta. Podem ser respondidas com “sim” ou “não””, afirmou.

O TSE consegue incluir as perguntas na votação se o Congresso aprovar até março ou abril a realização da consulta, disse Lewandowski. “Em menos de seis meses nós preparamos o plebiscito no Pará. Claro que foi localizado. Mas acho que nós não teríamos maiores dificuldades, em seis meses prepararmos um plebiscito”.

[Acesse trecho da entrevista](#)

Acesse o post em pdf: [Eleição de 2012 pode ter consultas sobre maconha, gays e aborto \(Blog do Fernando Rodrigues - 14/12/2011\)](#)

11/12/2011 - Encontro de mulheres rediscute legalização do aborto

(O Estado de S. Paulo) A descriminalização do aborto, um dos temas mais polêmicos e que mais desgastaram a candidata Dilma Rousseff e o PT na campanha presidencial do ano passado, volta à cena política. Na 3.ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será aberta amanhã em Brasília pela presidente, a militância feminista vai cobrar do governo empenho na articulação de um projeto de lei que garanta às mulheres o direito de interromper a gravidez indesejada. Hoje a lei só autoriza o aborto em casos de estupro e de risco de vida para a mãe.

Para o movimento feminista, a descriminalização é considerada direito fundamental - por envolver o livre exercício da sexualidade e a não imposição da maternidade como destino. Para os movimentos de direitos humanos, trata-se de passo decisivo na defesa da saúde feminina: seus representantes argumentam que, na rede de saúde pública, as complicações decorrentes de abortos em condições inseguras aparecem em terceiro lugar entre as causas de mortalidade materna. Mas, para Dilma e o PT, trata-se de terreno minado.

Escaldada com a campanha, quando pressões de grupos católicos e evangélicos a levaram a assinar a carta na qual se declarou contrária ao aborto e favorável à atual legislação, Dilma deve passar ao largo do tema na conferência. Segundo a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, organizadora do evento, a presidente se mantém fiel ao que disse como candidata, no ano passado.

“Ela foi muito clara com o Brasil quando afirmou que respeitaria integralmente a legislação”, diz Iriny. “Quanto à mudança da lei, qualquer resolução da conferência deve ser encaminhada ao Legislativo. As mulheres debatem e o governo aceita as decisões da conferência, mas não se pode substituir poderes.”

Além de cobrar apoio a projetos de mudança da lei, a conferência deve exigir do governo melhorias nos serviços de saúde destinados a atender as mulheres nos casos de aborto legal. Segundo relatórios enviados a Brasília pelas conferências estaduais, mulheres com direito ao aborto ainda são maltratadas e discriminadas na rede pública. Algumas sofrem com a falta de informação dos médicos e demora nas decisões judiciais.

Recuo do PT. Temas relativos ao aborto já fazem parte do 2.º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Lançado em 2008, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o plano serviu de texto-base para todas as discussões preparatórias da conferência que começa amanhã e que mobilizaram cerca de 200 mil mulheres em todo o País.

Os mesmos temas também estavam presentes no 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos, que Lula tornou oficial em maio de 2010. Eles não eram, portanto, estranhos ao PT. Ao contrário, o debate feminista sempre fez parte da história do partido, que cresceu apoiado por movimentos sociais e sindicais e pelos chamados setores progressistas da Igreja Católica.

A cobrança do movimento feminista para que o governo se envolva no debate é baseado no passado do PT. Em 2004, ao término da 1.ª Conferência Nacional de Política para Mulheres, foi criada uma comissão tripartite, envolvendo o governo federal, o Legislativo e setores da sociedade civil, com a tarefa de elaborar um projeto de lei de descriminalização do aborto. A

iniciativa foi do governo, a partir das resoluções da conferência.

Reação. As coisas mudaram na campanha de 2010, quando se descobriu que os grupos contrários ao aborto e ao reconhecimento de direitos dos homossexuais estavam mais organizados do que se supunha. Em artigo publicado no Relatório Direitos Humanos no Brasil 2011, lançado na semana passada em São Paulo pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a militante Sonia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres, observa que tais grupos impuseram o debate sobre esses temas e pressionaram os candidatos.

“Qualquer candidatura que ousasse publicizar um nível de ponderação com relação à situação do aborto clandestino era denunciada como conivente com assassinatos”, diz ela no artigo.

Ao final da campanha, a situação piorou para as feministas. A bancada evangélica no Congresso, que atua articulada com os católicos para evitar mudanças na lei em relação ao aborto e aos homossexuais, aumentou 50% na eleição. Atingiu um total de 63 deputados e 3 senadores.

É nesse cenário que Dilma, primeira mulher eleita presidente no País, se encontra com as feministas. A pauta do evento também inclui temas como o combate ao preconceito contra lésbicas e mais garantias para a participação de mulheres na política.

Acesse em pdf: [Encontro de mulheres rediscute legalização do aborto \(O Estado de S. Paulo - 11/12/2011\)](#)

Leia também:

[12/12/2011 - Desafio do governo é tirar mulheres da condição de pobreza e miséria, diz ministra](#)

[Evento sobre mulheres foca violência doméstica \(Veja.com - 12/12/2011\)](#)

[07/12/2011 - Feministas vão pressionar Dilma a manter Secretaria das Mulheres](#)

05/12/2011 - Para 60% das chilenas, é urgente legalizar o aborto terapêutico

(Adital) A organização chilena Corporação Humanas, Centro Regional de Direitos Humanos e Justiça de Gênero, divulgou sua 8ª Pesquisa Nacional “Percepções das Mulheres sobre sua situação e condições de vida no Chile 2011”. Na pesquisa, 1.211 mulheres responderam questões relacionadas à política, discriminação, trabalho remunerado, maternidade voluntária, co-responsabilidade familiar e liberdade sexual.

Em relação ao tema do aborto, 74% concordam com sua legalização quando a gestante corre risco de morte, 69% quando o feto tem uma má formação grave e 59% quando a gravidez é fruto de uma violação. Enquanto 7% defendem o aborto por decisão exclusiva da mulher, para 60% das entrevistadas é urgente legalizar o aborto terapêutico, realizado para salvar a vida da gestante, para preservar a saúde física ou mental da mulher ou no caso em que a gestação resultaria em uma criança com problemas congênitos que seriam fatais ou associados com enfermidades graves.

Leia a pesquisa na íntegra acessando: <http://www.observatoriogeneroyliderazgo.cl/index.php/las-noticias/5334-encuesta-corporacion-humanas-2011>

05/12/2011 - Dados mostram

vulnerabilidade das latino-americanas ao HIV/Aids

(Adital/IPS) “Em 1986, três anos após o registro do primeiro caso de Aids no Peru, para cada mulher infectada pelo HIV havia nove homens na mesma situação. Hoje, para cada mulher, há três homens com o vírus. Para a organização [feminista Flora Tristán], a desigualdade de gênero e o machismo contribuem para a aceleração da disseminação do HIV/Aids entre a população feminina. ‘Ambos os fatores limitam a capacidade das mulheres, por exemplo, para negociar práticas sexuais seguras, como o uso contínuo de preservativos, principalmente quando as relações sexuais se dão no marco de uma relação de casal considerada estável’.” - [Dados demonstram vulnerabilidade das mulheres diante do HIV/Aids \(Adital - 05/12/2011\)](#)

Pouca oferta de camisinha feminina

“Segundo a Campanha Internacional pelo Acesso Universal ao Preservativo Feminino, somente 1% das camisinhas usadas em nível mundial é para uso das mulheres. (...) Na Argentina, país de 40 milhões habitantes, onde o Estado distribuiu 39 milhões de anticoncepcionais de diversos tipos apenas em 2010, a camisinha feminina não é oferecida como alternativa, nem é encontrada nas farmácias. No Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, perdeu impulso desde 2010 uma iniciativa lançada quatro anos antes, na qual o Estado distribuía camisinhas femininas que permitem às mulheres evitar gravidez e se prevenir contra o HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. No México, cuja população chega aos 112 milhões, também cresce a transmissão do HIV (vírus da deficiência imunológica adquirida, causador da aids) entre elas, mas só agora o Estado prevê entregar os preservativos em pequena escala.” - [Preservativos femininos com demanda e pouca oferta \(IPS - 30/11/2011\)](#)

04/12/2011 - Aids tem preconceito?, pergunta a antropóloga Debora Diniz

(O Estado de S. Paulo) Em artigo publicado no suplemento dominical Aliás, do jornal O Estado de S. Paulo, a antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis -Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, relaciona o crescimento da epidemia de HIV/Aids entre jovens homossexuais ao preconceito de que são vítimas esse e outros grupos. Leia a seguir trechos selecionados do artigo, publicado no âmbito do Dia Mundial da Aids:

“Uma tese que tenta explicar o crescimento da aids entre homens gays de 15 a 24 anos é a da história da epidemia e suas metáforas. Diferente da geração dos anos 80, para quem a aids era uma sentença de morte, os jovens dos anos 90 conheceram a aids como uma doença grave, porém crônica. A aids passou da “peste gay” nos anos 80 para uma doença relacionada às práticas sexuais desprotegidas, em que as biografias das pessoas vivendo com aids estão entre nós. Teria havido uma certa universalização da exposição à aids com o deslocamento dos grupos de risco para as práticas sexuais: não seriam homens gays ou travestis os indivíduos mais vulneráveis à aids, mas todos aqueles com práticas sexuais desprotegidas. No conjunto das práticas sexuais de maior vulnerabilização à aids, os homens que fazem sexo com outros homens mereceriam maior atenção.”

“A escolha do Ministério da Saúde foi de nominá-los como jovens gays. Não tenho dúvidas de que as jovens travestis são outro grupo igualmente importante. Mas quais seriam as vulnerabilidades de sujeitos tão diversos agrupados na categoria de homens que fazem sexo com outros homens? A principal delas é a homofobia. Os jovens gays corporificam a maior categoria dos fora da norma heterossexual, homens que não reproduzem a heteronormatividade em seus corpos e práticas sexuais. O slogan da campanha do Ministério da Saúde será “a aids não tem preconceito”, um sinal de como as políticas de saúde do Estado brasileiro operam em um

marco de direito humanos.”

“Mas a verdade é que o crescimento da epidemia em um determinado grupo não é simplesmente resultado de práticas sexuais desprotegidas: é também resultado de uma ordem social homofóbica que impede os indivíduos de buscarem informação nas escolas, de acessarem os serviços de saúde ou de receberem o diagnóstico precoce da doença. O jovem gay da campanha é um personagem que ganhará corpo e voz pelo anúncio do crescimento de sua vulnerabilidade à aids, mas outros regimes de opressão acompanham sua existência vulnerável.”

“O crescimento da epidemia entre uma população tão jovem pode ser explicado pela hipótese histórica de mudança de compreensão da doença entre os homens que se iniciam na vida sexual, mas também pela hipótese sociológica da homofobia, que impõe vulnerabilidades aos fora da norma heterossexual. O jovem gay representa o inominável para os livros didáticos do Ministério da Educação, que insistem em reduzir a sexualidade à reprodução biológica. O jovem gay representará essa imensa população de homens que fazem sexo com homens recuperados pelo boletim epidemiológico, um grupo tão diverso que desafia a campanha do Ministério da Saúde sobre como nominá-lo.”

“O revigoramento da epidemia entre a mesma população que anunciou seu início nos anos 80 não deve reacender nossos temores sobre novas formas de estigmatização e preconceito a esses grupos. Ao contrário, deve nos envergonhar que, mesmo 20 anos depois de campanhas sistemáticas, ainda não fomos capazes de romper o cerco homofóbico que impede que os principais equipamentos do Estado protejam os fora da norma heterossexual dos riscos da aids.”

Leia o artigo na íntegra: [Aids tem preconceito?, por Debora Diniz \(O Estado de S. Paulo - 04/12/2011\)](#)